

O “lobby” da desvalorização

Para sair rapidamente da crise, o Brasil precisa, em primeiro lugar, de uma restauração da confiança e não de uma desvalorização do real, afirma o economista Octávio de Barros, em artigo publicado segunda-feira pelo **Estado**. Especialista em contas externas, responsável pela edição de um conceituado boletim sobre investimentos estrangeiros e balanço de pagamentos – a “Carta da Sobeet” –, Barros faz em seu artigo uma análise lúcida e, principalmente, objetiva, do momento econômico. As questões em que mais se detém são o câmbio e a necessidade do ajuste fiscal. Esse ajuste é prioritário, segundo Octávio de Barros, porque o Brasil está recebendo um apoio internacional sem precedentes históricos, e deve aproveitar esta oportunidade única, que estaria perdida sem a aprovação urgente do ajuste fiscal. Somente “a restauração da confiança no rumo traçado em termos de estabilização monetária e fiscal é que permitirá a redução consistente dos juros domésticos”. E não a desvalorização.

Barros trata os defensores da maxidesvalorização com rudeza. “Tem muita gente embarcando na canoa furada da máxi”, afirma. “O mais melancóli-

co disso tudo – continua – é que o maior lobby da desvalorização é o de grande parte daqueles que fugiram com US\$ 30 bilhões nos últimos três meses e estão doidos para voltar com um belo desconto.” Além disso, “uma maxidesvalorização deprecia o valor dos papéis brasileiros no exterior premiando aqueles que, apostando na *débâcle* brasileira, venderam suas posições a descoberto e, até aqui, estão perdendo muito dinheiro porque os títulos não caíram o suficiente. Querem recuperar suas posições rapidamente”.

É grave, segundo Octávio de Barros, o fato de os críticos da política cambial tentarem enganar o público leigo em economia ao declarar que a medida permitiria reduzir os juros domésticos. Eles estão “prometendo o que não podem entregar. Estão disseminando a tese de que a máxi reduz imediatamente os juros domésticos. Isso é pura ficção”. Em vez de retomada do crescimento, o Brasil, com a maxidesvalorização, dificilmente escaparia do drama sofrido por todos os outros países emergentes que desvalorizaram suas moedas. Na Indonésia, o PIB recuou 15%. No México, pretendia-se desvalorizar 8%; mas a moeda local foi depreciada em

100% e, um ano depois, como observa Octávio de Barros, “tinha menos de 10% de desvalorização real”.

Segundo Barros, ninguém sai de uma hiperinflação “cantando alegremente e crescendo 8% a 10% ao ano”. “Aceitar a volta da inflação, via maxidesvalorização cambial, isto sim” – esta sua conclusão sobre a maxidesvalorização –, “é jogar no lixo e queimar todo o investimento social feito para derrubar a inflação e aumentar a eficiência econômica”.

O primeiro passo para resolver a atual situação, segundo Octávio de Barros, é recuperar o equilíbrio fiscal e, assim, a confiança. “O País vive uma mentira orçamentária”, observa.

O segundo passo é aproveitar o apoio externo e esperar pela retomada dos ingressos voluntários de capital, permitindo a queda rápida dos juros.

O debate econômico, segundo o economista, está “pessimamente decodificado”. O melhor exemplo dessa “decodificação perversa” é “a total confusão dos valores ideológicos, pois os chamados ‘progressistas’, que

apostam na máxi, acabam defendendo inadvertidamente a manutenção de profundas injustiças sociais no modelo previdenciário, a volta do imposto inflacionário sobre a população mais carente e um brutal aumento do desemprego e da desestruturação da economia”.

Do outro lado estão “os chamados ‘liberais’, defendendo a justiça social com a eliminação dos privilégios no regime de segurança social, a preservação do po-

der de compra da população pobre, a manutenção dos horizontes de longo prazo que permitirão a recomposição da poupança e do investimento sustentando e a organização do gasto público concentrando os escassos recursos em programas sociais profundos”.

Afinal, indaga Barros, “quem é conservador nessa história? Algo está errado”, argumenta. “É importante que fique claro que o ajuste fiscal proposto é de interesse de todos e não apenas do governo. Ele é duro e com seqüelas no curto prazo, mas muito mais duro ainda seria sucumbir na desestruturação total da economia.”